

TEMPO IMPERFEITO: UMA ETNOGRAFIA DO ARQUIVO*

Olívia Maria Gomes da Cunha

Às vezes me passa pela cabeça como seria bom ter uma ‘secretária particular’ para classificar ou mesmo para me ajudar com a minha grande quantidade de notas, papéis, livros (que escrevi), parafernália de escritos, até me dar conta que dar ordens a um ser humano é pior que outras obrigações. Como não vejo fim na minha pesquisa e escrita, sei que só com a minha morte esses incômodos terão fim.

(Ruth Landes 1986 [1970])¹

Uma carta de Peggy Golde enviada a Ruth Landes em 1967 sugere o início de um cuidadoso ordenamento, revisão e releitura de determinados eventos que marcaram uma trajetória profissional e pessoal². Contudo, seria precipitado debitar exclusivamente a esse evento as tentativas de Landes de revolver lembranças. Outros acontecimentos coadjuvaram para que diferentes exercícios de memória fossem iniciados. No ano anterior, Landes retornara ao Brasil, graças ao apoio da empresa canadense Brazilian Traction, Light and Co. Ltda e da McMaster University, com um projeto sobre desenvolvimento e urbanização. Como ela própria salientara em carta aos financiadores, “na meia-idade, estou de volta rapidamente para ver o que aconteceu em 27 anos”³. Landes reencontrara Édison Carneiro. Com ele perambulara pelo centro de um Rio de Janeiro modernizado e compartilhara lembranças de Salvador na década de 30. No ano seguinte, a edição brasileira de seu *The city of women* (1947) veio a lume graças aos retoques e à revisão cuidadosa do amigo⁴. Mas Landes viu-se às voltas com outras lembranças fustigadas bem antes do seu retorno ao Brasil e detalhadas em diferentes versões de um manuscrito de um livro jamais concluído, que chamou “autobiografia ligeiramente ficcional” — suas desventuras como professora na Fisk University, um *black college*

localizado em Nashville, Tennessee, no sul dos Estados Unidos, no final dos anos 30⁵.

Primeira filha de um casal de imigrantes judeus, Ruth Schlossberg Landes nasceu em Nova Iorque em 8 de outubro de 1908. Sua mãe, Anna Grossman Schlossberg, nascera na Ucrânia em 1881, mas fora educada pela tia materna em Berlim até 1900, quando a família imigrou para os Estados Unidos. Foi em Nova Iorque que Anna conheceu Joseph Schlossberg, pai de Ruth. Filho mais velho de uma numerosa família da Bielo-Rússia, Joseph mudou-se para Nova Iorque em 1888, fugindo do avanço dos *pogroms* e do anti-semitismo na Europa. Em sua adolescência, Joseph vinculou-se a grupos sindicais de orientação socialista e escreveu em publicações sindicais editadas em ídiche. Em 1914, passou a militar como tesoureiro da recém-criada Amalgamated Clothing Workers of America (ACW), editando seu semanário — o *Advance*. Além do sindicalismo socialista, Schlossberg participou em frentes e campanhas de solidariedade a imigrantes judeus oriundos da Europa, bem como na expansão do movimento sionista nos Estados Unidos e em campanhas de mobilização para a criação do Estado de Israel.

A figura paterna, recorrentemente citada em vários escritos da autora, foi responsável pelo ambiente familiar secular em que se deu a socialização de Ruth Landes, em uma cidade em acelerado crescimento e palco de transformações culturais, étnicas e sociais (Park e Park 1988; Cole 2003). A participação de mulheres de classe média e, em particular, oriundas de famílias de imigrantes judeus, nas escolas, universidades, círculos intelectuais e artísticos e no mercado de trabalho na Nova Iorque dos anos 20 é intensa. Ruth Landes integrou uma geração que desafiou os espaços limitados da modernidade de uma sociedade capitalista em expansão, rompendo as barreiras da proteção familiar, da tutela e da subordinação (Di Leonardo 1998).

Após concluir o bacharelado em sociologia na New York University, em 1928, e, um ano depois, o mestrado na New York School of Social Work (Columbia University) com uma dissertação sobre um grupo de dissidentes da UNIA (United Negro Improvement Association) — liderada por Marcus Garvey —, popularmente conhecido como “judeus negros”, que se reuniam em uma sinagoga do Harlem (a Beth B’nai Abraham), Landes aproximou-se, de forma definitiva, da mais importante geração de alunos e professores de antropologia da Universidade de Columbia, sob a orientação e proteção de Franz Boas. O interesse pelas transgressões étnico-religiosas e político-culturais promovidas pelos seguidores do líder barbadiano Arnold J. Ford — em grande parte imigrantes caribe-

nhos das ilhas britânicas, que conectavam o judaísmo à luta anti-segregação no país — instigou Landes a dar continuidade a seu treinamento acadêmico. Foi um amigo pessoal de seu pai e aluno de Boas, Alexander Goldenweiser, quem a levou à antropologia e à Columbia (Landes 1986 [1970]; Park e Park 1988; Cole 2003).

Após um intenso trabalho de campo entre os Ojibwa do Canadá, realizado entre 1932 e 1934, sob a supervisão e cuidado pessoal de Ruth Benedict, Landes concluiu, em 1935, seu doutorado em antropologia em Columbia (Landes 1969). A partir das experiências de campo entre os Ojibwa — da coleta e produção de histórias de vida —, a autora amplia seus estudos sobre grupos indígenas norte-americanos: os Sioux em Minnesota, 1933, e os Prairie Potawatomi em Kansas, 1935 (Cole 1995a; 2002; 2003). Em 1937, a convite de Robert E. Park, Landes rumou a Nashville, para assumir um posto de instrutora na Fisk University. A iniciativa contou com o incentivo de Benedict e Boas, que viam a experiência como um “laboratório” necessário para futuras pesquisas no Brasil. Landes residiu em Nashville por aproximadamente sete meses, dando aulas e revisando os manuscritos de seus livros. Foi nesse ambiente que conheceu alguma literatura sobre o Brasil e teve contato com outros estudiosos da sociedade brasileira: além de Park ? que passara pelo Rio de Janeiro e Salvador ao final de uma viagem pela Índia, China e África do Sul ?, Donald Pierson e Rüdiger Bilden. Landes chegou ao Brasil em janeiro de 1938, deixando o país em julho de 1939. Em um curto e tumultuado período de pesquisa de campo em alguns dos mais importantes terreiros afro-baianos — além de passagens pelos terreiros de umbanda cariocas —, Landes recolheu material para aquele que seria o seu estudo mais emblemático, redigido quase dez anos depois de deixar o Brasil (Landes 1967 [1947]).

Embora as experiências vividas por Landes no Brasil tenham instigado diferentes autores a produzir análises variadas sobre sexismo, disputas e autoridade intelectual, Landes continuou a produzir e interessar-se por temas diversos que envolviam, sobretudo, a imposição de fronteiras étnicas, culturais e lingüísticas a grupos minoritários. Nos anos 40, ela pesquisou populações de origem latino-americana na Califórnia e os acadianos na Luisiana; durante os anos 50, com uma bolsa da Fulbright Commission, fez pesquisa entre imigrantes caribenhos em Londres. Nos anos 60, conflitos étnicos e políticos em sociedades bilíngües levaram Landes ao País Basco, à África do Sul, à Suíça e ao Canadá. Essas experiências em diferentes sociedades resultaram em livros, em manuscritos inacabados e, ironicamente, em uma constante instabilidade profissional. Landes atuou em instituições e universidades nos Estados Unidos por pe-

ríodos limitados, até que, em 1965, obteve o seu primeiro posto no Departamento de Antropologia da McMaster University, em Hamilton, Ontário (Canadá). Foi instalada naquele país que começou a burilar suas lembranças.

Ativar a memória por meio de lembranças registradas em papel não parece ter sido tarefa fácil para Landes no seu quase exílio canadense. Entre 1967 e 1991, ano de sua morte, esteve devotada ao exercício quase diário de recolher marcas, fragmentos e sinais que atestassem seu pertencimento ao passado e seus vínculos e envolvimento emocional com este. Pelo menos é o que sugerem os indícios de diferentes exercícios de memória deixados nas cartas, cartões, bilhetes, anotações dispersas, fotos amareladas, projetos inacabados, manuscritos reescritos, diários de campo, documentos familiares e relatórios produzidos por ela ao longo de mais de 60 anos. Um dos resultados desse atento cuidado de *documentar* o passado foi a organização de seus papéis pessoais e profissionais para que fossem doados ao National Anthropological Archives (NAA), órgão que integra a Smithsonian Institution, após a sua morte. Essa não foi uma prática comum entre os antropólogos de sua geração, cujos papéis pessoais e profissionais foram inadvertidamente deixados aos cuidados de terceiros ou, nas palavras de Richard Price e Sally Price (2003:2), transformados por esses em “reliquias”. Em um outro extremo, também incomum, arderam no fogo de um voluntário esquecimento. Essa foi a atitude que teria tomado E. E. Evans-Pritchard ao saber do desejo de que seus documentos fossem preservados. Conta a história que ele os teria colocado em um saco e queimado no jardim (Burton *apud* Grootaers 2001/2002).

Meu primeiro contato com a coleção de Landes, em 2000, colocou-me diante de inúmeras questões. Os usos, histórias e relevância creditados a Landes — como personagem — e ao seu livro emblemático pareciam então reconfigurados. O arquivo oferecia uma perspectiva quase sedimentar para observarmos alguns investimentos pessoais e institucionais em torno de sua trajetória profissional a partir de uma perspectiva comparada. Meu contato com arquivos dessa natureza era parte de um projeto que visava compreender a rede de diálogos intelectuais e políticos que possibilitaram a criação de uma área de estudo distintamente concebida nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil entre os anos 30 e 40: os ‘estudos afro-americanos’. Ao transpor fronteiras nacionais e refletir sobre as configurações institucionais que permitiam que arquivos e coleções de expoentes dessa geração de antropólogos fossem mantidos e tivessem visibilidade pública, percebi que havia bem mais do que diários, cartas e ma-

nuscritos para serem lidos. Resolvi indagar de que forma — uma vez em relevo seus usos e políticas institucionais de preservação — poderiam se prestar a uma reflexão mais ampla sobre a natureza do trabalho etnográfico. Passei então a observar os arquivos e as coleções que neles se abrigam como resultado de procedimentos sucessivos de constituir e ordenar conhecimentos, realizados não só pelas mãos dos arquivistas, mas por seus virtuais usuários. Esse questionamento me permitiu investigar, por exemplo, como determinadas *fontes* — o que Michel-Rolph Trouillot chama de *instâncias de inclusão* (1995:48) — são constituídas, sedimentadas e utilizadas. A observação, descrição e interpretação dessas *instâncias* — vozes, verdades, lógicas de classificação, usos, formas de veiculação de conteúdo e valor dos artefatos que os arquivos e as coleções abrigam — puderam então ser concebidas como uma etnografia: uma modalidade de investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais, mais especificamente as coleções e os arquivos pessoais cujos titulares foram ou são praticantes da disciplina, como *campo* de interesse para uma compreensão crítica acerca das formas de produzir histórias da disciplina.

Em vez de os arquivos serem concebidos como produto final de uma série de intervenções de caráter técnico — atividades supostamente *naturais* de classificação, ordenação e instituição de marcadores temáticos e cronológicos, por vezes desempenhadas pelos arquivistas —, eles serão o objeto da reflexão que este texto propõe. A observação do processo de colaboração da própria Landes na preparação de seus papéis antes que dessem origem a uma coleção — a *Ruth Landes Papers* (RLP) —, ofereceu-nos uma perspectiva de observação privilegiada de um processo singular de constituição de um arquivo. Antes, é preciso focalizar, ainda que brevemente, a relação entre etnografia e pesquisa em arquivo.

Etnografia e arquivo

A relação dos antropólogos com os arquivos é contemporânea aos vários processos de institucionalização da disciplina: a produção de conhecimentos acerca de um tipo singular de subjetividade, alteridade e diferença (Richards 1992; 1993). As informações que os arquivos *preservam* mantêm afinidade com a produção de saberes coloniais e com a prática de seus agentes diretos e indiretos. Além de fonte e emblema de poder e conhecimento, os arquivos coloniais inventaram e aperfeiçoaram formas específicas de produzi-los. Entre elas, deve-se ressaltar a criação de tecnologias específicas, voltadas para a manutenção e ordenação de con-

juntos documentais diversos, particularmente notável na persistente atenção de seus *especialistas* em tornar perene tudo aquilo que pudesse testemunhar e registrar o contato, as formas de dominação, a violência e o poder da superioridade racial e cultural das metrópoles sobre seus súditos coloniais. Além das técnicas de ordenamento e controle de tudo aquilo que, de outra forma, estaria virtualmente sujeito ao desaparecimento e à dispersão, *artefatos* orientados pela mesma lógica classificatória são criados: inventários, catálogos, cronologias, classificadores e critérios de valor passam a compor um rico universo de saberes, instrumentos e tecnologias arquivísticas. O arquivo é a “instituição que canoniza, cristaliza e classifica o conhecimento de que o Estado necessita, tornando-o acessível às gerações futuras sob a forma cultural de um repositório do passado neutro” (Dirks 2001:107).

Nos últimos anos, além de historiadores e arquivistas, antropólogos têm se voltado para os arquivos como objeto de interesse, vistos como produtores de conhecimentos. Não preservam segredos, vestígios, eventos e passados, mas abrigam marcas e inscrições a partir das quais devem ser eles próprios interpretados. Sinalizam, portanto, temporalidades múltiplas inscritas em eventos e estruturas sociais transformados em narrativas subsumidas à cronologia da história por meio de artifícios classificatórios. Tais tentativas de inscrever evento e estrutura na topografia dos arquivos implicam procedimentos constantes de transformação. Os arquivos tornaram-se então territórios onde a *história* não é buscada, mas contestada, uma vez que constituem *loci* nos quais outras historicidades são suprimidas (Comaroff e Comaroff 1992; Hamilton *et alii* 2002; Price 1983; Steedman 2002; Stoler 2002). Assim, o caráter artificial, polifônico e contingente das informações contidas nos arquivos — bem como as modalidades de uso e leituras que ensejam — têm sido repensados (Davis 1987; Farge 1989; Ginzburg 1991). Diferentes análises e perspectivas em torno do uso e natureza dos acervos arquivísticos convergem em uma mesma preocupação: é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas — sujeitas à leitura e novas interpretações (Foucault 1986:149).

Apesar da familiaridade da antropologia com os arquivos, a relação entre ambos esteve sujeita a diferentes apropriações. A identificação da pesquisa em arquivos com as práticas antropológicas, entre elas a pesquisa de campo e a produção de etnografias, permanece sendo alvo de tensão. Tem sido associada à impossibilidade de *estar lá* e a formas secundárias de contato entre observadores e ‘nativos’ mediadas por cama-

das de interpretação intransponíveis e contaminadas. Descrever e interpretar a partir de informações contidas em documentos caracterizaria uma atividade *periférica*, complementar e distinta da pesquisa de campo e suas modalidades narrativas. Assim, a presença do arquivo na prática antropológica ou está afastada temporalmente daquilo que os antropólogos de fato fazem — caracterizando a prática dos chamados *antropólogos de gabinete* — ou constitui marcadores fronteiros da antropologia com outras disciplinas — uma vez vinculados à prática dos historiadores, museólogos e arquivistas (Clifford 1994; Stocking Jr. 1986)⁶.

Mary Des Chenes (1997) questionou a naturalização das fontes arquivísticas e o lugar destinado às investigações em arquivos dentro da disciplina. Observou, por exemplo, a legitimidade conferida aos textos etnográficos, por descreverem e *documentarem* relações interpessoais supostamente diretas, e a pouca relevância dos documentos oriundos dos arquivos, vistos como espécies de relatos frios, maculados por camadas imprecisas de interpretação. A exclusão dos arquivos como um possível *campo* da atividade etnográfica pressupõe a centralidade de modalidades específicas de pesquisa. “Documentos encontrados ‘no campo’”, argumenta Des Chenes, “são tratados como sendo algo de categoria distinta daqueles depositados em outros lugares” (1997:77). O caráter aparentemente artificial e potencialmente destruidor das supostas vozes e consciências nativas conferiria aos arquivos uma posição desprivilegiada entre os lugares nos quais o conhecimento antropológico é possível.

Por esse viés, a pesquisa em arquivo aparece como antítese da pesquisa de campo, e sua transformação em uma etnografia é vista com ceticismo. Essa posição se deve, em parte, ao legado funcionalista que postulou a centralidade da primeira como *locus* da prática antropológica. Mas não só. Afinal, documentos não falam e o diálogo com *elas* — quando alvo de experimentação — implica técnicas não exatamente similares às utilizadas no *campo*. No entanto, os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos — social e simbólico — da sua produção. Aqui me parece residir um ponto nevrálgico que possibilita tomarmos os arquivos como um *campo* etnográfico. Se a possibilidade de as fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a idéia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo, “dialogar” com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas ‘vozes’ forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições.

“Entre os lugares que os antropólogos têm ido quando vão para o campo, está o arquivo”. A provocação de Mary Des Chenes (1997:76) capta bem transformações que vêm alterando a face da antropologia desde pelo menos os anos 80. A *virada histórica* da disciplina nos Estados Unidos e a relativização da noção de *campo* possibilitaram variadas experimentações metodológicas nos modos de se conceber e utilizar os arquivos. O que dizer então quando os antropólogos se voltam aos arquivos como um *campo* de onde pretendem observar e refletir acerca das práticas de seus pares e das perspectivas que as informam (ou informavam)? Arquivos *etnográficos*, tradicionalmente reconhecidos como repositórios de informações sobre os ‘outros’, passam a ser reconhecidos como lugares onde o processo de construção de sua objetivação pode ser compreendido.

A problematização a respeito da produção de histórias da disciplina e sua conexão com discussões sobre o uso de arquivos pessoais ainda é bastante tímida. Tal fato se deve em parte às vicissitudes da *história da antropologia* como uma área de interesse. Em um dos textos no qual um *programa* em torno de um olhar retrospectivo é esboçado, George W. Stocking Jr. (1983:3) observa que antes de se tornar uma área de especialização, a história da disciplina limitava-se à atenção exclusiva de “antropólogos idosos” e “historiadores errantes”. Nos anos 80, uma série de injunções leva os antropólogos a se debruçarem criticamente sobre os conhecimentos produzidos por seus pares. Grande parte dos estudos desse período é realizada em um contexto amplo de debates sobre uma sentida ‘crise’ da antropologia envolvendo questões políticas e éticas relacionadas à *pesquisa de campo*. Um olhar retrospectivo da disciplina esteve, deste modo, marcado por questionamentos políticos e debates éticos do presente de seus produtores. O contexto de crítica interna resultou em um processo de autofagia e “canibalização” (Handler 2000:4), no qual a história da disciplina passa a ser um dos seus mais importantes objetos. Essa questão imprimiu um viés singular aos projetos que visavam rastrear trajetórias profissionais, fluxos de idéias, políticas de financiamento e histórias envolvendo a tensa relação entre a disciplina e a constituição de saberes coloniais e imperiais (Stocking Jr. 1991; Thomas 1994). Ainda assim, algumas questões restaram sem resposta: Qual é a origem dos dados, informações e registros utilizados para produzir tais histórias? De que natureza são e como foram utilizados? Se constituem unidades ou conjuntos documentais de caráter autoral, como estão aranjados/organizados e a que instituições/pessoas pertencem? Por fim, de quais lugares e a partir de que perspectivas tais histórias da disciplina têm sido produzidas?

Mesmo as análises preocupadas em evidenciar os mecanismos que garantiram o desenvolvimento de pesquisas, de relações interinstitucionais, de debates intelectuais, de políticas de financiamento e, finalmente, das condições que permitiram a finalização das etnografias, naturalizaram as fontes a partir das quais tais questões podem ser evocadas. Verdades mais ou menos parciais foram encontradas no terreno acidentado dos textos e muito pouco se intuiu acerca dos regimes de poder que as tornaram relevantes como objeto de guarda e preservação em arquivos: perguntas tais como *quando* e por meio de que operações tais marcas do passado deixaram de ser *atos pessoais* e se tornaram *atos sociais* (Comaroff e Comaroff 1992:34). Parcas alusões por vezes aparecem em notas explicativas de livros e artigos publicados, juntamente com *dados* e *origem* dos documentos citados. As fontes arquivísticas são concebidas como construções prontas para serem utilizadas e interpretadas por leitores especializados. Sua organização, diferenciação e hierarquia interna não são matéria de observação. Quando muito, são descritas de modo a informar o leitor sobre sua amplitude e, muito pouco, sobre sua natureza, usos e finalidades.

É interessante notar que, se parte substancial dos esforços em salvaguardar e proteger os arquivos dos antropólogos, bem como a vasta produção bibliográfica sobre histórias da disciplina, tiveram origem nos Estados Unidos⁷, são os antropólogos franceses — por razões diversas, privados de tais políticas e incentivos — que têm promovido uma intensa reflexão sobre o estatuto epistemológico de tais projetos históricos/biográficos e as fontes que os tornam possíveis (Duby 1999; Jamin e Zonabend 2001/2002; Jolly 2001/2002; Mouton 2001/2002; Parezo e Silverman 1995). Essa perspectiva diversa nos oferece um duplo olhar para os modos pelos quais a reflexão sobre o lugar das histórias da disciplina e seus praticantes tem sido experimentada. Ao compreender seus lugares estratégicos, suas relações de posição e hierarquia, bem como seus usos em textos biográficos e autobiográficos, é possível conceber os *arquivos* como *campo* da prática etnográfica (Cook e Schwartz 2002; Des Chenes 1997; Kaplan 2002; Stoler 2002). Transformam-se assim em *lugares* de observação privilegiada de como a antropologia se transforma em linguagem e estilo de produção de determinadas ‘histórias singulares’.

Etnográfico e pessoal

Mas afinal, quais são as fronteiras que delimitam e os critérios que definem o que tenho chamado *arquivos etnográficos*? Assim como outros ar-

quívos científicos, aqueles que reúnem documentos escritos, visuais e iconográficos recolhidos, produzidos e/ou colecionados por antropólogos durante a sua trajetória profissional e pessoal caracterizam-se pela sua estrutura fragmentária, diversificada e, paradoxalmente, extremamente subjetiva. Os arquivos etnográficos e seu duplo, os *arquivos pessoais*, são construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua *invenção* resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual.

Papéis transformados em *documentos* mantidos em arquivos institucionais revelavam muito mais do que vicissitudes biográficas; revelavam vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversa. Para diferentes autores, sua especificidade estaria justamente naquilo que torna a antropologia emblemática no seu constante desejo de subjetivação: os arquivos etnográficos supostamente conservam desejos, projetos por vezes malsucedidos, de identificar, classificar, descrever o 'outro'. Jean Jamin e Françoise Zonabend (2001/2002) referem-se a uma duplicidade constitutiva que fornece singularidade aos documentos conservados/produzidos pelos antropólogos. Os autores chamam atenção para o fato de que

[e]ntre as outras ciências humanas a antropologia está finalmente autorizada a constituir sua própria "arquivística" ao colocar em cena e na escritura a tensão epistemológica que existe entre os processos de objetivação (monografias, artigos, tratados e manuais) e subjetivação (diários de campo e pesquisa, memórias e autobiografias) notadamente representados pelas coleções e obras tornadas emblemáticas, [que] parecem adicionar à autoridade científica de um etnólogo a aura de um escritor e que, bem entendido, colocam a questão de si e do outro, do próximo e do distante, do íntimo e do público. (Jamin e Zonabend 2001/2002)

Tais esforços resultam em "arquivos de em face da presença do outro, como se a etnografia devesse se desdobrar em uma legitimidade liberada restaurando de sua imagem social ou mesmo de seu trabalho empírico uma autobiografia, ou mesmo uma poética" (Jamin e Zonabend 2001/2002:61). O que os autores chamam de uma 'arquivística' própria da disciplina e de seus modos de consagrar — por meio do relevo dado ao documento que legitima e permite que a autoridade do etnógrafo/pesquisador seja projetada no futuro — nos conduz a um dos elementos mais salientados nas tentativas de definir a singularidade dos arquivos etno-

gráficos perante outros conjuntos documentais. Não há uma clara distinção entre o que os arquivistas definem como sendo ‘pessoal’ e ‘profissional’. Domínios *pessoais* por vezes informam aqueles tratados como *profissionais* e vice-versa. Ao mesmo tempo, tais domínios tratam de relações sociais. Como argumenta Hilda Kuper, “‘histórias pessoais’ parecem ter um apelo universal, mas os modos nos quais são expressas são culturalmente circunscritos. Autobiografias, biografias, estudos de caso e histórias de vida são essencialmente gêneros ou estilos ocidentais, e a complexa interação entre um etnógrafo e um personagem (ou personagens) central é de relevância para todos aqueles interessados nos métodos de pesquisa social” (1984:212).

Por vezes, a comunicação entre documentos que tratam da vida, trajetória e profissão não resulta de uma prática mecânica realizada após a morte do/a titular, mas do seu desejo, sentimento e memória (Artières 1998; Vianna *et alii* 1986). Utilizar a expressão *arquivo etnográfico* para qualificar diferenciadamente coleções do gênero implica ampliar nossa compreensão acerca da natureza dos documentos ali incluídos, a maneira pela qual passaram a compor a coleção e os lugares onde foram produzidos. O que são de fato materiais adjetivados como etnográficos? Os critérios utilizados nos primórdios do processo de institucionalização da disciplina — quando os antropólogos proviam museus, universidades e centros de pesquisas com fragmentos de culturas distantes — parecem subsistir na premissa de que, entre seus papéis pessoais e profissionais, preservam pedaços, fontes, informações e relíquias oriundas de ‘outras’ sociedades. Ainda que esses *fragmentos* sejam produtos do olhar, da relação e do encontro etnográficos, neles parece residir um valor singular. Diários e notas de campo, em meio a outros materiais, ocupariam então uma posição de destaque. Inferências sobre a natureza das relações entre pesquisador e pesquisados, bem como o lugar de sua produção, presidiriam à lógica classificatória. Essa distinção é problemática porque nem sempre *diários* e *notas de campo* são produzidos no *campo*, assim como bilhetes, fotos, cartões, cartas e recortes de jornal por vezes são provenientes da presença e interação entre observadores e observados (Clifford 1990; Gupta e Ferguson 1997; Sanjek 1990a).

Curiosamente, tanto os fragmentos aparentemente secundários e de caráter pessoal quanto diários e notas de campo foram produzidos para serem lidos por um único leitor. São redigidos para serem objeto de releitura, reflexão e incitação à memória por parte daquele/a que os produziu. Não são escritos para serem publicados ou exibidos. Se há algo que caracterize notas de campo é a singularidade de sua apresentação e esti-

lo. Deste modo também podem ser consideradas documentos *pessoais*. Mas há algo que resiste a tal apreensão. Uma vez que antropólogos em geral empregam uma linguagem específica para falar sobre o “outro”, notas e diários de campo — e, em particular, aqueles emoldurados e protegidos pelas estruturas institucionais que mantêm os arquivos e coleções pertencentes a antropólogos — são transformados por usos eventuais, póstumos e inusitados. É quando objetos, documentos e retóricas sobre o “outro” preservados em arquivos pertencentes aos etnógrafos passam a ser objeto da construção de uma ‘etno-história’ construída por historiadores, antropólogos, descendentes dos grupos/sujeitos pesquisados ou instituições/movimentos que os ‘representam’. Diante dessas questões, parece-me difícil reforçar as fronteiras instituídas a partir de marcadores aleatórios acerca do que define o caráter mais ou menos pessoal — ou etnográfico — de parte relevante dos papéis que povoam coleções cujos titulares são antropólogos.

A ordenação, seleção, identificação e classificação dos papéis de Ruth Landes obedecem a uma lógica de tratamento semelhante àquela adotada na organização de outros arquivos pertencentes a titulares transformados em *personalidades públicas*. Em geral, o material que compõe seus *acervos* — documentos por eles produzidos e/ou manuseados que estavam sob a sua guarda quando ocorreu o processo de doação — é selecionado a partir da natureza do documento. Qual seja, são distinguidos caso conformem *correspondência* (enviada e recebida), *produção intelectual* e *manuscritos* (do titular ou de terceiro, manuscrita ou publicada), *fotografias* e uma miscelânea de documentos que por vezes são incompletos, fragmentados ou não, identificados (freqüentemente) como *diversos*. Respeitada a sua *natureza*, os documentos são subdivididos e armazenados em caixas ou pastas que obedecem a uma segunda lógica classificatória — são agrupados por ordem cronológica e/ou alfabética. A especialização no tratamento de alguns acervos do gênero — como, em particular, aqueles pertencentes aos antropólogos — tem permitido que documentos de uma mesma natureza, como é o caso das cartas, sejam por vezes agrupados por lógicas (cronológica ou alfabética) distintas. Isto é, o cotejamento, a pesquisa e a identificação de *autógrafos* têm feito com que alguns missivistas sejam selecionados e posteriormente identificados em um índice onomástico disponível em inventários, enquanto outros são mantidos em um conjunto mais abrangente de pastas cuja entrada é cronológica e/ou por ordem alfabética.

A RLP divide-se em cerca de 75 caixas subdivididas tematicamente. Em primeiro lugar os “documentos” ou “materiais biográficos” englo-

bam não só aqueles reunidos por ocasião da pesquisa feita por George Park e Alice Park (1988) na preparação de um verbete biográfico sobre Landes, mas também “recortes de jornais”, “cartas” (enviadas e recebidas), “escritos e aulas” (miscelânea de manuscritos não publicados, versões de textos publicados) e “resenhas” (sobre textos/livros de Landes). Em segundo lugar, os chamados “cadernos”: material de campo — em grande parte diários — subdividido por temas ou região geográfica. Os chamados “materiais didáticos” constituem textos e programas de curso. Conjuntos menos especificamente intitulados “Projetos de pesquisa”, “Contratos, resenhas e anúncios de editoras”, “Papéis financeiros” e “Miscelânea” (conjunto de fragmentos e notas sobre assuntos variados). Finalmente, o “Material fotográfico” (fotogramas, *slides* e negativos, e cartões postais).

Seria difícil considerarmos que, diante das fronteiras tênues que permeiam nossa definição de *campo*, assim como o são aquelas que distinguem a natureza das narrativas que dele se originam, todo e qualquer arquivo ou coleção cujo titular foi ou é um antropólogo seja, por definição, *etnográfico*. Essa qualificação resulta de leituras variadas. Em alguns casos são as instituições mantenedoras de tais arquivos que produzem, *internamente*, ou seja, na atividade rotineira de seleção e indexação dos documentos, e, *externamente*, nas políticas e retóricas de legitimação e divulgação de tais acervos, tal distinção e qualificação. Em outros casos, tal distinção é produzida pelos próprios antropólogos no processo de seleção, organização e doação de seus papéis. A Coleção de Ruth Landes (RLP) não só reproduz a imbricação de domínios profissionais e pessoais, como nos apresenta uma particular configuração do que Jamin e Zonabend chamaram ‘arquivística’. Landes selecionou e identificou seus escritos pessoais e profissionais após ter decidido doá-los ao NAA⁸. Esse processo permitiu que determinados documentos fossem objeto de um exercício contínuo de ressignificação, o qual pretendo analisar a seguir.

Tempo de lembrar

O convite de Peggy Golde para que Landes escrevesse um texto memorialístico sobre suas *pesquisas de campo* permitiu a ela rascunhar textos e revisitar temas, eventos e caminhos de inúmeras versões de seus escritos em curso. Duas experiências que até então eram citadas exclusivamente em cartas — sobretudo aquelas trocadas com Ruth Benedict ainda

na primeira metade dos anos 40 — foram objetos de atenção especial no texto que Landes entregaria a Golde. Nas inúmeras notas, comentários e cartas que produziu ou *reescreveu* durante os últimos trinta anos de sua vida, suas vivências em Nashville (1937-1938) e no Brasil (1938-1939) receberam uma apaixonada atenção e incitaram-na a um contínuo exercício mnemônico. Orientaram seu olhar e compreensão sobre o *passado* que desejava lembrar e, de certa maneira, reencontrar. Ao observarmos o processo de reorganização das marcas que tornam tais *eventos* relevantes, podemos compreender como o *tempo profissional* e o *tempo pessoal* se entrelaçam de forma a condicionar nossa leitura e apreensão de seu arquivo e memória pessoal.

Em virtude de sua singular experiência na América do Sul e por indicação de Sol Tax e Margaret Mead, Landes foi convidada a colaborar em um esforço de reflexão intelectual marcado por um enfoque feminista — a coletânea *Women in the field: anthropological experiences*, organizada por Peggy Golde (Golde 1986b [1970]; Landes 1986 [1970]). A carta-convite parece indicar que um dos critérios principais de seleção foi a pluralidade regional/geográfica e, em menor grau, a relevância das pesquisas e das pesquisadoras envolvidas. Golde afirmava em seu parágrafo inicial que “será a experiência de retratar a experiência de trabalho de campo do ponto de vista das mulheres que o realizaram em diferentes regiões do mundo”⁹. Curiosamente, nos objetivos do projeto descritos no anexo que acompanha a carta de Golde, tal critério aparece em um segundo plano. Importava-lhe reunir relatos de experiências de campo vividas por antropólogas e suas implicações no desenvolvimento de suas carreiras profissionais narrados na *primeira pessoa*.

[...] o ideal é que cada narrativa oscile entre diferentes níveis, misturando três tipos de materiais e pontos de referência separados, mas relacionados: 1) pessoal e subjetivo; 2) etnográfico e; 3) teórico e metodológico.

Antes de tudo, o relato deve ser pessoal, traçando a história íntima da experiência de campo, talvez iniciando com as expectativas, apreensões, esperanças e ambições prévias. Poderia abranger os acontecimentos fortuitos, as frustrações e recompensas, os momentos de revelação inesperados e incompreensões jamais resolvidas — tudo que caracterizasse a seqüência de intercâmbios pessoais envolvendo você como alguém de fora e aqueles com os quais você conviveu. O relato poderia incluir as respostas às questões que mais interessaram seus amigos e conhecidos quando do seu retorno: “Como foi? Foi difícil fazer amizade?

Você ficou sozinha? Em algum momento teve medo? O que fazia para se divertir? Como conseguiu lugar para morar?"¹⁰.

As linhas que orientam a produção de relatos memorialistas na coletânea deveriam tornar salientes os aspectos que supostamente distinguiam a prática da pesquisa de campo entre as mulheres. Subjetividade e intimidade não só marcariam contatos interpessoais mas confeririam um estilo singular ao texto etnográfico (Golde 1986b [1970]). Tais ingredientes não figurariam como um estilo pessoal, mas como *marcador* que deveria sinalizar o gênero na atividade etnográfica. Assim, não só as relações estabelecidas no *campo* quanto a própria construção da memória deveriam sublinhar projetos, sentimentos e angústias narrados e lembrados a partir de uma visão subjetiva, imprimindo contornos de uma "escrita sobre si" (Foucault 1992; Derrida 2001). A proposta de Golde certamente impingiu ao relato de Landes um delicado viés. Todavia seria precipitado imaginar que o encontro entre o desejo de *lembrar* e a possibilidade de ser *lembrada* pudesse ser transformado em um relato emoldurado por uma única abordagem feminista. Seguindo os passos de Margaret Mead, outras antropólogas de sua geração investiram em textos ficcionais e relatos autobiográficos no mesmo período (Mead 1972; Powdermaker 1966). Mesmo na coletânea, Landes não foi a única a reinterpretar a proposta de Golde. No seu exercício reflexivo, Margaret Mead revolveu cartas enviadas e recebidas enquanto esteve na Nova Guiné: cartas comentadas, rearranjadas e interpretadas a partir das questões formuladas por Golde (Mead 1986 [1970]). Antropologia e autobiografia já haviam reafirmado suas afinidades de gênero e estilo literário nos cenários intelectual e popular norte-americano. Portanto, é preciso entender o contexto de debates e questões que informam uma expressão pública da antropologia nos anos 70 e, dentro dele, o lugar reservado ao gênero nos escritos autobiográficos que tratam da experiência das mulheres como *fieldworkers* (Di Leonardo 2000; Handler 1990).

É provável que Ruth Landes tenha enviado sua contribuição à coletânea de Golde em um curto espaço de tempo. Cerca de três meses após o convite, Golde responde à Landes com agradecimentos, elogios e sugestões de alterações na primeira versão de *A woman anthropologist in Brazil* (Landes 1986 [1970]:119). Golde faz intervenções diretas em trechos da versão original, na qual localiza passagens imprecisas e obscuras. As lembranças de Landes deveriam fazer sentido para outros leitores possivelmente interessados em aferir os desafios impostos às mulheres em um universo profissional marcadamente masculino. Mas também deveriam fornecer uma compreensão mais clara de como e em que condi-

ções o ensino da antropologia oferecia obstáculos à prática da pesquisa de campo quando realizada por mulheres.

Fiz uma série de correções porque você pareceu contradizer-se, primeiro dizendo que as técnicas de pesquisa de campo não podem ser ensinadas e, depois, que seus colegas de Columbia foram ensinados por Kroeber etc. Caso isso esteja muito confuso, deixe-me escrever para você como a passagem com as emendas sugeridas ficaria: “O trabalho de campo funciona como um conhecimento idiossincrático que nos permite diferenciar tanto as impressões sensíveis da vida quanto as suas abstrações na personalidade do pesquisador. A cultura que o etnógrafo descreve é a da própria experiência filtrada por seu olhar. Conhecidos escritores disseram que seu ofício não pode ser ensinado mas aperfeiçoado. Os fundadores da ~~de campo da antropologia~~ *disciplina* não aprenderam técnicas específicas. Nem mesmo nosso grupo de estudantes de Columbia, que estudou *teoria + material de campo* com Kroeber, Boas, Klineberg, Mead e Benedict. Ao contrário, fomos ~~encorajados~~ *treinados* para interpretar, experimentar, usar todas as ~~os recursos~~ ferramentas à nossa disposição e nos arriscar”.¹¹

Para além de inúmeras sugestões e recomendações para que Landes fosse mais explícita na alusão a eventos, personagens ou mesmo comentários a estes, Golde mostra-se preocupada com o formato e o estilo do texto. Fica claro que mesmo diante da relativa liberdade das autoras, o trabalho da memória deveria ser redirecionado e adequado à proposta da coletânea. Temas delicados para um público de ‘jovens leitores’ são evitados. Ao comentar um determinado parágrafo, Golde adverte para os excessos: “este parágrafo está muito bom. Contudo, tiraria a frase sobre morte, porque já a mencionou e você vai falar disso novamente [...] e para um grupo de jovens leitores isso pode ser um pouco demais”¹².

Pelos comentários é possível inferir que já na primeira versão Landes concentrou suas reflexões sobre os problemas enfrentados durante suas pesquisas de campo no Brasil, particularmente sobre um *imbroglio* envolvendo dois personagens a partir de então assíduos em textos sobre Landes — Melville Herskovits e Arthur Ramos. Landes teria tido seu futuro profissional comprometido — sua participação no projeto liderado pela Carnegie Corporation e capitaneado por Gunnar Myrdal nos anos 30 — por causa de comentários desabonadores de caráter pessoal e profissional feitos por ambos (Landes 1986 [1970]). Além de comentários pessoais de cunho moral — que incluíam referências indiretas ao romance que teve com Édison Carneiro durante o período em que fez pesquisas

na Bahia e no Rio de Janeiro —, as interpretações sobre “matriarcado” e “homossexualidade” nos cultos afro-baianos contidas no relatório preparado para a Carnegie Corporation, na visão de ambos, eram inapropriadas, o que descredenciava sua pesquisa e sua seriedade profissional. Como Ramos e Herskovits atuaram como consultores da Carnegie, a colaboração de Landes ao relatório Myrdal foi desautorizada e dispensada (Landes 1986 [1970]; Cole 2003). Golde percebe a centralidade desse caso na primeira versão e propõe: “se você relatasse algumas coisas que Ramos disse, então poderia ir direto para a última frase da página. Você tenta o leitor mas não dá a informação que ele precisa para entender o que aconteceu, e todo esse episódio é tão crucial, e ao mesmo tempo terrivelmente fascinante, que eu acho que você deve dedicar-lhe tempo, deixando-o claro”¹³.

Como o manuscrito desse texto não se encontra entre os papéis de Landes, é impossível dimensionar a extensão das alusões ao caso na primeira versão. Ainda assim, é notável como se torna epicentro do relato de Landes, ganhando uma dimensão pública diretamente vinculada à sua trajetória profissional. Após a publicação de *A woman anthropologist in Brazil* (Landes 1986 [1970]) e *Uma falseta de Arthur Ramos*, de Édison Carneiro (1964), no qual este critica as reações de Arthur Ramos ao manuscrito Carnegie, parcialmente reproduzidas em *A aculturação negra no Brasil* (Ramos 1942), o livro *A cidade das mulheres* conteria um texto subliminar? Landes na condição de vítima em um ambiente intelectual sexista e competitivo. Esse caso ainda seria referido em outros textos sobre Landes, ou comentado como exemplo da explosiva combinação de sexo, erotismo e poder intelectual na experiência etnográfica (Park e Park 1988; Newton 1993; Healey 1996; 2000; Corrêa 2000; 2003; Cole 1994; 1995a). Cerca de dezesseis anos depois, seria recontado de forma a subsumir tanto a obra quanto a vida profissional de Landes em um verbete sobre ela publicado em um dicionário biográfico (Park e Park 1988). Ainda que demonstrando preocupação quanto a possíveis implicações legais na sua publicação, Landes auxilia os autores, provendo-os com informações adicionais:

Imagino que você tenha que advertir os editores [...] Peggy Golde ligou há alguns dias atrás para dizer que a editora da Universidade da Califórnia está reeditando *Women in the Field* em brochura. Assim, aquela triste história brasileira vai [...] Vou ficar feliz em ter Herskovits registrado. Foi M. Mead quem quis que Golde conseguisse a história. Com o mais profundo reconhecimento, prendendo a respiração.¹⁴

As cartas entre Golde e Landes permitem-nos inferir acerca dos caminhos de interpretação ao longo dos quais passado e experiência profissional/pessoal deveriam ser rememorados. Landes dera a primeira palavra sobre os temas que tornariam sua biografia relevante, tornando-se leitora e intérprete de seus escritos transformados em *documentos*. O próprio diálogo travado com Golde seria cuidadosamente rememorado, tornando-se objeto de uma releitura feita pela própria Landes cerca de vinte anos após o convite de 1967. É provável que Landes tenha produzido comentários semelhantes em suas cartas até poucos anos antes do seu falecimento, quando as escrevia com uma caligrafia de difícil compreensão. Pela recorrência dos temas e personagens que foram objeto de tais comentários, é possível que estes tenham sido produzidos durante o processo de preparação de seus documentos para o NAA, justamente no período em que Landes mergulhara em uma viagem sem volta ao seu próprio passado.

No anexo contendo a proposta da coletânea, Landes fez inúmeras anotações nas quais registra observações aos comentários de Golde e sua reação a eles. Sublinha palavras, acrescenta interjeições e interrogações, insere pequenos balões nos quais sobrepõe textos que funcionam como uma segunda legenda à sua voz e à da missivista. Na referência feita por Golde à pesquisa de campo como uma atividade solitária, Landes comenta: “a solidão abateu todos os pesquisadores em campo”. Diante da alternativa oposta — a possibilidade de ter sido fonte de algum prazer e divertimento — de maneira lacônica Landes responde “nenhum”¹⁵. Outros indícios me fazem sugerir que Landes produziu tais *legendas* como se fosse uma leitora de seus próprios papéis em um momento bem posterior ao da produção do *documento*. O manuscrito de *Women in the field* — possivelmente em sua versão final — foi enviado a Édison Carneiro em 1968. Na última carta do antropólogo existente na RLP, Édison não só comenta como aprova o texto cheio de alusões à sua relação com Landes e com Arthur Ramos: “Achei-o bom, sobretudo quanto às reações de adaptação, em que, parece, você deveria ter insistido mais. Talvez pela intimidade recente com os seus trabalhos, porém, achei que você se repetira um pouco. O trabalho, contudo, é válido e define bem a situação da mulher que vem, pela primeira vez, para o que um dos nossos escritores chamou de “esta bosta (*shit*) mental sul-americana”¹⁶. No alto da carta, Landes comentou: “Édison morreu [em] 1969 de enfarte — inconsciente [por] duas semanas (? — informação de Anita Neuman). Aos 60 anos”¹⁷. Landes confundiu-se quanto ao ano e à causa da morte de Édison que ela mesma informara a George Park e Alice Park em agosto de 1985. Édison Carneiro morreu em 1972 de derrame cerebral¹⁸.

Essa releitura de seus próprios escritos como se fossem legendas de imagens, documentos ou provas materiais que expunham relações intelectuais e envolvimento com colegas e informantes, por vezes, deixou de ser ‘tradução’ (de sentimentos, ironias e sutilezas subliminarmente aludidas nas cartas), transformando-se em ‘narração’. Em uma carta enviada a um antropólogo brasileiro na qual Landes respondia a indagações sobre informantes e personagens importantes de *A cidade das mulheres*, ela acrescentaria informações como a data em que a carta foi escrita e o assunto: “R[uth] L[andes] escreveu em 3 de julho de 1988 perguntando sobre o menino de Martiniano e Menininha”¹⁹. Índícios como esses não compõem necessariamente um estilo idiossincrático de organizar papéis pessoais. Anotações semelhantes, mas nada comparáveis em termos de recorrência, foram encontradas em outras coleções. O que chama a atenção nessa preocupação em traduzir e produzir uma narrativa paralela, adicional a futuras leituras de seus papéis, é o fato de concentrar-se sobre temas e assuntos específicos.

Em busca do tempo perdido

Para quem Ruth Landes escreveu notas e comentários sobrepostos aos seus antigos escritos? Parece-me clara sua preocupação em selecionar certos detalhes, personagens e eventos — e os *documentos* que os atestavam — capazes de direcionar possíveis leituras de sua própria biografia. Em uma carta enviada em 1941 na qual fazia alusões ao seu relacionamento com um professor de física durante o período em que deu aulas na Fisk University entre 1937 e 1938 — o que na época fora alvo de maledicências entre alguns professores da faculdade e, posteriormente, objeto de atenção nos textos autobiográficos de Landes —, aparece uma série de observações e sugestões que expressam uma preocupação deliberada em selecionar o conteúdo e os materiais que lhe pareciam mais interessantes/oportunos de serem mantidos no arquivo. “Rasguei todas as cartas que se seguiram a esta, como fiz com todas aquelas outras no Brasil”, afirma. “Por quê? Porque achava que não havia lugar para elas. Eram entediantes, apaixonadas e cheias de promessas de futuro, cheias de detalhes [...]”²⁰. O detalhamento dos comentários *post-facto* que emolduram cartas e pedaços de papel por meio de uma caligrafia cada vez mais vacilante sinaliza o caráter seletivo da atividade a que Landes devotou seus últimos anos de vida. É impossível precisar quando Landes produziu esses comentários. Todavia, ao cruzarmos referências existentes em

cartas enviadas a alguns missivistas e recebidas destes, é possível inferir que, por causa do controle e visão de conjunto que o próprio autor dos comentários parecia ter da própria coleção, tratou-se de uma intervenção tardia. Os comentários careciam de um olhar prospectivo do tipo de relação estabelecida entre os missivistas e os eventos sobre os quais tais cartas tratavam. O diálogo mantido com Édison Carneiro entre 1939 e 1968 consiste em um exemplo interessante para entendermos as vicissitudes e o processo de produção de um metatexto que orienta o percurso pelo arquivo e a produção de futuras biografias.

Seletividade e relevância guiaram o desejo de documentar uma relação exaustivamente referida em textos autobiográficos. Vistas do arquivo de Landes, as cartas enviadas por Carneiro apenas sugerem um diálogo. Landes não conservou cópia de nenhuma de suas cartas. Esse fato, em princípio, é condizente com o que ocorre com sua correspondência mais antiga. Prática comum entre outros intelectuais de sua geração que tiveram vínculo institucional estável era a conservação das cópias e/ou rascunhos de cartas em pastas e arquivos profissionais. A coleção de “cartas enviadas” na RLP é insignificante se confrontada com as cartas recebidas ao longo de mais de sessenta anos de vida profissional. Landes não guardou todas as cartas que enviou e recebeu, nem anteviu a possibilidade de perpetuar-se em um arquivo mantido por respeitada instituição de seu país, até que o convite do NAA fosse formalizado²¹. As cartas de Carneiro, contudo, parecem ter sido previamente mantidas em um *lugar* distinto da RLP.

Apesar da ausência de cartas de Landes para Carneiro na RLP, referências tais como os pedidos de livros e indicações bibliográficas, as notícias sobre amigos, desafetos e informantes deixados no Brasil e as saudações sugerem um diálogo intenso entre Ruth e Édison em 1939 e 1940. Sim, parte da correspondência é fortemente pessoal e amorosa, mas não exclusivamente. As cartas de Édison documentam, apesar do silêncio produzido pela ausência de cartas de Landes, as condições e o contexto etnográfico nos quais ambos estiveram imersos. Não se distinguem, em estilo nem em natureza, de outras notas escritas durante o trabalho de campo mas com elas se confundem. São papéis que documentam e legitimam a experiência etnográfica e, ao mesmo tempo, as ambigüidades da relação mantida ao longo da pesquisa de campo. Embora Landes não tenha feito nenhuma restrição ao seu acesso e uso, penso que o mais interessante na sua leitura é acompanhar os retoques produzidos sobre o Édison — personagem de *A cidade das mulheres* e de *A woman anthropologist in Brazil* — e o metadiálogo travado com tais documentos produzido pelos comentários posteriores.

Os primeiros comentários de Landes surgem no que parece ter sido o primeiro contato com o antropólogo depois que ela deixou o país em 1939: uma carta de Carneiro enviada em 8 de junho daquele ano. Trata-se de uma referência que aparece em outros documentos — as dificuldades de Landes com o português. Carneiro trata diretamente do assunto: “recebi sua carta de Port of Spain. Querida, você tem que aprender português novamente [...] comigo, é claro. De qualquer jeito. Gosto do trabalho que você teve em me escrever em português, principalmente pela falta de acentos em sua máquina de escrever”. Em outras cartas, Édison também reconheceria suas dificuldades com o inglês²². Landes parecia consciente das limitações que a inabilidade com a língua lhe trazia. Seus comentários lacônicos, nesse caso, têm um efeito demonstrativo. No alto da carta, simplesmente anotou à mão e a lápis: “meu terrível português”²³. O sentido dessa simples anotação se esvai caso não seja comparado a comentários subsequentes, presentes em algumas cartas e em seus textos autobiográficos, sobre a sua dificuldade com o português. Em setembro do mesmo ano, Édison faria recomendações acerca dos resultados das pesquisas de Landes na Bahia: “tenha cuidado ao escrever o livro. Como cientista você é honesta, mas como literata ... D. Heloísa lembra que, pretendendo voltar ao Brasil, você não deve dizer coisas desagradáveis. Por exemplo, que você encontrou cobras e onças nas ruas do Rio de Janeiro [...]”. Landes *respondeu* a um futuro leitor dessa carta e trecho: “ele adorou meu livro”²⁴.

Referências pessoais e mesmo a relação que manteve com Carneiro — citada em parte relevante das cartas entre 1939 e 1940 — não são comentadas por Landes. O mesmo ocorre com os comentários que Carneiro fez a intelectuais e personagens conhecidos por ambos. Seu estilo de comentários sugere um desejo de auxiliar futuras leituras, prover os documentos de uma espécie de tradução: esclarecimentos adicionais sobre questões e personagens que futuros pesquisadores de seu arquivo poderiam desconhecer. Talvez por imaginar que certas histórias estivessem mutiladas por causa de lacuna de fontes, ou mesmo que faltasse ao futuro leitor/usuário de seus papéis indicações que lhe permitissem investigar outras possibilidades de compreensão de sua trajetória profissional e biografia.

As informações contidas em documentos produzidos pela antropóloga ou em diálogos com outros autores e personagens tiveram outras finalidades. Landes consultara seus próprios papéis durante a produção de várias versões de um texto autobiográfico possivelmente iniciado no mesmo período em que colaborou com *Women in the field*. Temos, portanto, modalidades paralelas de intervenção no que então se constituiria a for-

ma definitiva de sua coleção. A seguir, duas outras expressões dessa intensa relação entre a atividade da memória voltada para a confecção de escritos de caráter autobiográfico e a produção de um arquivo pessoal serão exploradas. Em primeiro lugar, as práticas de ordenação e composição de documentos, incluindo a busca por determinadas *evidências* que tornariam o arquivo completo. Em segundo, o cotejamento, o controle e a hierarquização de eventos e histórias visando uma futura biografia produzida a partir do seu próprio arquivo.

Meu tempo é ontem

*As mulheres não podem ser o único foco de minhas memórias sobre Fisk. Minha versão original escrita há 20 anos ou mais concentra-se num departamento masculino — ali não havia nenhuma mulher.*²⁵

Parte dos percursos memorialistas de Landes pode ser reconstituída se seguirmos retrospectivamente as últimas cartas deixadas em seu acervo até cerca de um ano antes de seu falecimento. A partir delas e de informações disponíveis no inventário produzido pelo próprio NAA, pode-se perceber que sua “infinidade de papéis e ‘objetos’” foi preparada para ser doada à Smithsonian. Nesse período Landes também auxiliou George Park e Alice Park (convidados por Landes para atuarem como seus *literary executors*), na confecção de um verbete biográfico (1988)²⁶. Para produzir seu texto, George Park contou com a ajuda de Landes, elucidando partes desconhecidas ou confusas de sua própria biografia. A pequena correspondência entre eles contém algumas informações que nos ajudam a entender de que forma relações entre biografia/autobiografia e o arquivo foram construídas.

Como mencionei, há claras indicações de que no final dos anos 60, antes do convite feito por Peggy Golde, Landes começara a redigir uma autobiografia: fragmentos e versões aos quais se referia como “Fisk memoir”. As marcas desse processo são inúmeras, embora seja impossível determinar a ordem e seqüência das diversas versões encontradas. Com títulos diferentes — “A Chronicle of bloods”, “Battle grounds of Tennessee”, “Color cancer”, “Black Athena”, “An american education on southern ground” – esses textos são habitados por personagens que algumas vezes foram renomeados. Certas cenas e situações, exauridas nas repetidas revisões, transbordaram os limites do texto ficcional invadindo cartas, biografias e artigos posteriores. Já nos últimos anos de sua vida, Lan-

des justificava a solicitação de ajuda para datilografar aquela que seria a versão final em um texto sem data e inacabado:

Visualmente incapacitada para escrever e datilografar, declarada “legalmente cega” [...], peço auxílio para transcrever o manuscrito no qual venho trabalhando há alguns anos [...] tendo feito várias versões, todas necessitando de elaboração e revisão, sei que a mais recente versão que planejo será extensa, incluindo as notas e a bibliografia; o que pode resultar em muitas centenas de páginas digitadas.

Minha narrativa mostrará (das páginas do meu diário) personalidades amplamente reconhecidas por suas realizações [...]. Como fiz pesquisa entre os negros no Brasil (1938-1939) e na Grã-Bretanha (1950-1951), e trabalhei no President’s Committee on Fair Employment Practice [Comitê Presidencial para a Equidade no Emprego] (1941-45), essas experiências também entrarão em perspectiva. Meus resultados aparecem nos meus artigos, em um livro sobre o Brasil e, em parte, em um outro livro, um relatório que eu preparei para a Carnegie Corporation, na cidade de Nova Iorque, produzido por Gunar Myrdal, *American Dilema*.

Foi o prof. Park, como eu, um norte-americano branco do norte, quem persuadiu seu protegido C. S. Johnson e o Rosenwald Fund [Fundo Rosenwald] (de Chicago) a me aceitarem por um breve período em Fisk por dois motivos: para que eu visse a real segregação de cor, justamente depois que a Corte do Estado do Tennessee proibiu o ensino da teoria evolucionista de Darwin [...] e para que eu, uma forasteira de nível superior que jamais havia estado no Sul, experimentasse as interações com os Negros (termo utilizado). O livro que escrevo atualmente é uma dívida que tenho para com aquele intelectual cinquenta anos mais velho do que eu, que formou uma geração de intelectuais negros e nunca se limitou a restrições convencionais de “raça e gênero”.²⁷

Foi por intermédio de uma narrativa autobiográfica com pinceladas de ficção que Landes procurou focalizar temas delicados como o das relações inter-raciais e sexualidade em um *campus* ocupado majoritariamente por mulheres. Particularmente, a diferença entre a quantidade de alunos e alunas em Fisk foi objeto de várias cartas a outros intelectuais que estudaram na instituição ou escreveram sobre ela. Esse é o caso de seu amigo e companheiro do período em que viveu em Nashville, Eli S. Mark — professor de psicologia e assistente de Charles Spurgeon Johnson — e dos historiadores John Franklin Hope Jr., Joe Richardson e David Southern. Com cada um deles, Landes trocou cartas nas quais se perguntava sobre os motivos dessa disparidade e, ao mesmo tempo, compartilhava revelações pes-

soais. A leitura destas cartas põe em evidência uma obstinada busca por compreender sua passagem por Fisk. Personagens e uma constante reinterpretação sobre o passado são transformados em um ‘estilo de memória’ singular (Boon 1986:240). Por que sua passagem por Fisk tinha provocado tanto ressentimento em meio a um corpo docente mobilizado em torno de políticas e pesquisas que visavam a superação do *Jim Crow* (as políticas segregacionistas adotadas por vários estados sulinos nos anos que se seguiram à emancipação)? Por que as jovens negras eram enviadas aos *colleges* com maior frequência do que os rapazes? Por que comentários acerca de uniões e relações sexuais inter-raciais eram tabu dentro e fora do *campus*? Landes travestiria indagações semelhantes em um projeto investigativo, produzindo uma singular sinergia entre a sua experiência e o que supunha marcar a condição de jovens alunas negras de Fisk. Uma questão recorrente, presente em textos autobiográficos e nas cartas, era entender por que sua presença no *campus* fora alvo de tanto desconforto e embaraço. Em uma cópia da segunda carta enviada a Joe Richardson, Landes explica as razões que a levaram a investir no seu relato autobiográfico:

Há muito venho reunindo notas sobre as minhas experiências de 1938 e 1939; há vinte anos atrás as escrevi de forma ligeiramente ficcional (para proteger o anonimato) e mostrei a um editor que me incentivou a seguir em frente. Naquela época a justificativa era, como continuaria sendo, que o “entorno” (uma expressão estranha e cautelosa que CSJ [Charles Spurgeon Johnson] usa no seu *Negro College Graduate*) não sabe como o negro pensa — vivemos em mundos isolados. O estilo romancado nos dá aquela liberdade e ainda é o “comportamento” — e não os conceitos — o que me interessa explorar. (Como em todos os meus livros e textos.) Entretanto, no final de 1965, mudei para McMaster e me desviei por outros caminhos, muito distintos. Retomei a reflexão sobre o “meu” Fisk há menos de um ano atrás. Todas as pessoas que conhecia lá e aquelas associadas àquele contexto estão mortas [...] [D]este modo não preciso mais de um disfarce literário, ainda que, de qualquer forma, tenha que encontrar um sinônimo para “eu”, uma vez que não tenho em mente uma autobiografia [...] [P]ara ganhar perspectiva, há meses venho mergulhando em uma rica literatura ? em história, economia, ciências sociais e romances, especialmente aqueles escritos por e sobre mulheres do Sul. O arguto sentido que as mulheres sulinas têm das semelhanças entre as escravas e as proprietárias de escravos. Os intensos sentimentos abolicionistas no Sul! Seus efeitos são extraordinariamente focalizados no diário de Mary Chesnut sobre a Guerra Civil e em *Patriot Gore*, de Edmond Wilson. Quero assinalar as continuidades entre 1860 e 1937 de FDR.²⁸

Com Richardson, Landes trocou impressões pessoais e informações sobre a história da instituição e o perfil socioeconômico de seus alunos e professores. Ele havia publicado dois livros sobre educação universitária e segregação no pós-Guerra Civil (1980; 1986). Tais cartas são ricas em informações sobre a generalizada evitação por parte dos dirigentes de Fisk em estimular encontros inter-raciais no *campus* e arredores. A tentativa de manterem a universidade e seus alunos protegidos da ação de grupos extremistas e, paralelamente, de protegerem-se de ataques e acusações às “mulheres de cor” são as explicações mais freqüentes. Mas Landes rejeita as explicações quanto à pretendida especificidade de tal comportamento, que lhe parecem semelhantes às idéias que circulavam nos ambientes freqüentados pela elite branca de Nashville. O que não parecia claro nas explicações fornecidas por Landes nessas cartas eram as relações entre a sua visão subjetiva e a experiência como mulher, *northerner*, branca e judia e a visão das jovens alunas negras em Fisk dos anos 30. Nem sempre suas interpretações para a predominância de mulheres eram compartilhadas. Hope Jr., que se graduou em Fisk nos anos 30, acreditava que as famílias enviavam suas filhas à universidade para protegê-las das cozinhas e da prostituição. Baseada em dados estatísticos e textos ficcionais, Landes deparava-se com outras indicações: solidão e isolamento daquelas que buscavam encontrar homens negros com níveis educacionais compatíveis²⁹. Em uma das versões do “Manuscrito Fisk”, a combinação de informações oriundas de suas leituras sobre o Sul e o diálogo travado nas cartas são subsumidos em uma narrativa autocentrada.

Durante meus primeiros dias no *campus* percebi o número maior de mulheres entre os estudantes. Nos anos seguintes as estatísticas sobre Fisk mostraram que, anualmente, havia três vezes mais garotas do que homens. Mesmo diante das altas mensalidades e do *Black Belt* figurar entre as regiões economicamente mais pobres do país. A Universidade de Atlanta, também privada, e com mensalidades, tinha um quadro semelhante embora menos acentuado. O mesmo ocorria em Howard, que era pública e dependia de subvenção do governo.

Por anos pensei na disparidade numérica em termos de gênero e nunca encontrei resposta satisfatória. A namorada de Eli [S. Marks] debitava à vizinha e preponderantemente masculina Meharry Medical School a existência de um possível mercado matrimonial. (Estudo comparando os ganhos dos casais negros demonstrou que as mulheres com nível superior se casavam sem expectativas de receberem o apoio material dos maridos para suprirem as despesas da casa e das crianças. O criticado estudo de E. Franklin Frazier

sobre as “novas” elites de cor descreveu o domínio das esposas independente dos salários e qualificação profissional dos maridos, incluindo o trabalho não qualificado.) Um historiador negro sugeriu que algumas mães (ao que tudo indica, chefes de família) incentivavam suas filhas a seguirem carreiras do magistério para protegê-las dos homens brancos, uma tradição comparável à das famílias católicas ao enviarem os rapazes para serem educados pelos padres”.³⁰

Se por um lado Landes parece ter sido uma das primeiras usuárias de suas cartas e papéis, por outro a utilização desses documentos forneceu aos seus escritos autobiográficos — em particular o seu “Fisk Manuscript” — um estilo narrativo que lhe garantiria credibilidade, ao menos aos olhos de possíveis editores. Principalmente em meados dos anos 80, as versões iniciais desses textos são retrabalhadas a partir do uso sistemático de dados censitários, educacionais, memórias de sulistas feministas, estudos sobre os períodos do pós-Guerra-Civil, do pós-emancipação e de segregação, bem como seus impactos nos anos 50 com a deflagração do movimento pelos direitos civis. Landes iniciaria então uma releitura de seus escritos na qual as jovens estudantes dos *campi* universitários negros ganhavam proeminência. Essa transformação, embora possa ter sido ocasionada pela contínua recusa dos editores em publicar as versões mais fortemente centradas em sua própria experiência, redireciona suas preocupações e angústias para um outro terreno. Landes tinha consciência de que mais do que suas experiências, eram o ambiente e o cotidiano do *Jim Crow* que faziam do seu texto uma narrativa atraente. Landes chama a atenção para a riqueza histórica dos fatos e cenários nos quais viveu e dos quais foi *testemunha*, mas conhece as limitações de um tratamento *personalizado*.

Sendo eu uma personagem branca vinda do norte (então com 27 anos mas já tendo tido alguns envolvimento com negros nesse curioso campo de concentração americano), a história é contada de um ponto de vista externo. A classe média negra (socioeconomicamente e culturalmente, em termos educacionais e de renda, “classe alta”) é muito discreta sobre si mesma [...] e me arriscar me aproximando da imprensa negra da universidade e da revista *Ebony* estava fora de questão.³¹

Em virtude da profusão de versões — não datadas, extremamente semelhantes e paginadas de forma não-linear por meio de códigos alfanuméricos e que por vezes se repetem — é impossível rastrear de forma clara a seqüência de textos autobiográficos preservados sob a rubrica “Manuscrito

Fisk”. Não sabemos mesmo se a ordenação e nomeação foram adotadas seguindo instruções da autora. Nessas caixas estão textos contendo inúmeras correções à caneta e a lápis e excertos da mesma natureza. Contudo, sua manutenção no arquivo nos oferece elementos importantes para a nossa compreensão sobre temas, inflexões e índices que tornam a pesquisa com os papéis de Ruth Landes mediada pelo seu desejo de perpetuar-se.

De volta ao futuro

Encontrei essas notas porque estou colocando em ordem papéis relacionados à minha vida profissional para a Smithsonian Institution (estou descobrindo textos fascinantes de décadas passadas que não tive tempo de concluir).³²

Landes assinou o termo de cessão de seus papéis para o NAA em novembro de 1984. Seguindo as instruções da própria instituição, tratou de revisar seu testamento no sentido de incluir informações explícitas sobre a doação, direitos de propriedade, publicação e uso de seus papéis. Em carta aos seus advogados, reproduz trechos das ponderações legais e acrescenta um curto resumo de seus livros, textos manuscritos e artigos. Havia escrito diferentes livros sobre os Ojibwa e Potawatomi — dos quais os cadernos de campo teriam sido, de forma não autorizada, entregues pela Universidade de Colúmbia ao NAA. Como não detinha os direitos de reprodução de seus primeiros escritos, preocupava-se com as informações contidas nos seus diários. Depois de tentar, sem sucesso, sensibilizar o arquivista da Universidade de Colúmbia, Landes dirige-se ao diretor do Departamento de Antropologia:

Esta carta se refere ao tratamento que o Departamento deu aos meus primeiros escritos. O Conselho Geral da Smithsonian me escreveu em 20 de novembro do ano passado informando que diversos materiais de campo de minha autoria “foram transferidos pela Universidade de Colúmbia para os seus arquivos” há alguns anos atrás. Como nunca fui notificada nem fiquei ciente de qualquer acordo relacionado a isso, para mim isto foi um mistério. Pedi ao meu advogado de Nova Iorque para entrar em contato com a Smithsonian e soube, por meio do dr. James Glenn do National Anthropological Archives, que meu material estava em um pacote de papéis [...] eu preciso saber o que de meu foi transferido sem minha autorização [...] mesmo que estivesse morta durante o período da “transferência”, não haveria algum tipo de restrição legal para isso? [...] estou reunindo um grande volume de

material sobre minha carreira para transferir para a Smithsonian como uma “doação sem restrições” (expressão deles) [...].³³

Em maio de 1985, Landes encontrava-se em pleno processo de preparação de seus papéis. Aflita, recorreu a velhos amigos, arquivistas, curadores e responsáveis jurídicos de acervos pessoais e institucionais em busca de fragmentos materiais de sua própria história profissional. Particularmente os funcionários responsáveis por coleções pertencentes a instituições nas quais trabalhou e estudou foram inquiridos sobre a localização de seus papéis e o direito de usá-los e guardá-los em seu próprio arquivo. Como observa James A. Boon (1986), há uma íntima relação entre o trabalho de campo e a atividade da memória e não é por acaso que as tentativas de Landes de descrever, aludir, rememorar sua experiência de campo estão marcadas pela recriação de personagens e interlocutores. Em carta a Leo Waisberg, explicava por que resolvera trazer alguns personagens de volta do passado. Maggie Wilson, informante fundamental no seu trabalho de campo entre os Ojibwa entre 1932 e 1936, é incluída no repertório de personagens caros às cenas que necessita recompor e rememorar. “Nesta pesada atmosfera de lembranças [...] eu agora incluo a pobre Maggie Wilson”³⁴.

A preocupação com o que estaria irremediavelmente perdido com sua morte parecia instigá-la a expressar claramente seus sentimentos com relação às notas e diários de campo. Como chamou a atenção Jean E. Jackson, essa preocupação e sentimento de perda eminente de algo que ocupa posição central entre os objetos que se deseja preservar foi comum entre os antropólogos por ela entrevistados (1990:10). O destino dos papéis que já estavam sob a posse de Landes e daqueles que ansiava recuperar já havia sido definido. Landes tinha consciência do seu valor e investiu diretamente, contando com auxílio jurídico, em algumas tentativas de reavê-los.

Meu advogado de Nova Iorque conversou com o arquivista para saber a natureza dos meus papéis, mas não recebemos qualquer resposta [...] sou da era de Boas, Benedict, Klinenberg etc. e minhas primeiras pesquisas de campo foram entre os índios de Ottawa [...] passei alguns meses procurando meus primeiros cadernos de campo e não os encontrei (são valiosos para esta área de estudo).³⁵

O mesmo ocorreu com o texto que teria sido objeto do *imbroglio* ocorrido no Brasil — o *The ethos of the negro in the New World: a research memorandum*³⁶. Em maio de 1988, Landes escreve pela primeira

vez ao presidente da Carnegie Corporation pedindo seu relatório de volta. Em novembro de 1990, ela ainda insistia junto à curadora do Schomburg Center for Black Culture — instituição responsável pelo acervo da Carnegie — para que lhe devolvessem aquele que talvez considerasse o mais importante dos fragmentos do seu passado³⁷. Cerca de três meses depois de tentar sem sucesso ser repatriada, Ruth Landes falece na condição de estrangeira em uma sociedade que resistia em entender, a sociedade canadense. Na seção dedicada aos obituários, o *New York Times* registra o acontecimento. As primeiras linhas do pequeno texto biográfico ressaltam justamente o que tornou Landes sujeita a releituras e apropriações na cena intelectual norte-americana a partir dos anos 70: “Dra. Landes, uma antropóloga que recebeu críticas aos seus estudos sobre os negros brasileiros, índios do norte de Dakota e hispano-americanos do sudoeste americano, morreu em 11 de fevereiro em sua casa em Hamilton, Ontario. Ela tinha 82 anos”.³⁸

Como podemos *ler* o arquivo de Ruth Landes e refletir sobre os regimes de verdade que o orientam? O que sua organização — cronologia e indexação — nos informa sobre algumas narrativas biográficas? Ainda que nem todos os escritos sobre Landes tenham sido produzidos a partir de seu arquivo, parte deles parece sobremaneira atrelada ao que chamei de *marcas e pistas* sinalizadas nos papéis que compõem a RLP (Landes 1986 [1970]; Cole 1994; 1995a; 2003; Healey 1995; 2000). Penso que a configuração e disposição particular de seus escritos profissionais e pessoais nos oferecem inúmeras oportunidades de refletir acerca do uso dos arquivos e, em particular, quando seu objetivo é produzir histórias intelectuais e da disciplina. Neste artigo, ao privilegiar parte da correspondência tardia de Landes e sua intervenção em documentos autobiográficos e cartas, pretendi analisar um singular processo de produção de ordenamento e sentido da *vida profissional* da antropóloga? como outras, entrecortada de injunções pessoais. Estou certa de que ela é sempre eventual e vulnerável aos usos que nós, usuários de arquivos, fazemos de tais documentos. Portanto, sua interpretação é sempre contingente. Mesmo sob a intervenção posterior dos arquivistas da NAA, interessou-me observar a RLP decompondo o que Zonabend e Jamim chamaram de “arquivística”, a seleção e o relevo dado a eventos, personagens e documentos, produzida por Landes. Interessou-me observar como restaram como uma espécie de *camada* — um conjunto diferenciado de intervenções produzidas ao longo de um tempo imperfeito, destinado à lembrança, ao reencontro com o passado em um acerto de contas impossível — sobre a qual outras cer-

tamente se impuseram. É preciso não esquecer que as cartas colocam em relevo uma dimensão mais espontânea — ainda que por vezes contraditória —, mas talvez mais profunda, do pensamento (Handler 1983:215). Por isso mesmo é possível que nos ofereçam uma compreensão privilegiada dos limites da escrita da história e de histórias da experiência etnográfica, sobretudo aquelas com pretensões biográficas.

Recebido em 10 de dezembro de 2003

Aprovado em 15 de setembro de 2004

Olívia Maria Gomes da Cunha é professora do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ.

Notas

* Este texto é uma versão modificada de capítulo de um livro em preparação sobre arquivos etnográficos. Agradeço a Celso Castro, Richard Price e aos pareceristas anônimos da *Mana* pela leitura e comentários generosos, a John Homiak pelo estímulo e suporte em diferentes etapas da pesquisa e aos arquivistas do National Anthropological Archives (Smithsonian Institution) pelas excepcionais condições de trabalho durante as primaveras de 2000 e 2003. A pesquisa teve o apoio da Harvard University (DRCLAS), do CNPq e da John Simon Guggenheim Memorial Foundation.

RL/Eli S. Marks, 8/11/86. Ruth Landes Papers, National Anthropological Archives/Smithsonian Institution, Box 3 (a seguir identificado apenas pelas iniciais RLP/NAA). Todas as traduções são de minha responsabilidade. Agradeço a Brodwyn Fischer pela revisão técnica.

² Ruth Schlossberg Landes (1908-1991) obteve seu doutorado pela Columbia University com um estudo sobre os Ojibwa (1935). Em 1937-1938, lecionou na Fisk University e no ano seguinte realizou pesquisas no Brasil. Entre 1941 e 1949, ocupou diversos cargos em instituições nos Estados Unidos e, em 1951, com bolsa da Fulbright Commission, efetuou pesquisa sobre imigrantes caribenhos em Londres. A partir dos anos 60, realizou viagens de pesquisa sobre bilingüismo e biculturalis-

mo no País Basco, na África do Sul, na Suíça e no Canadá. Entre 1965 e 1991, foi professora do Departamento de Antropologia da McMaster University (Canadá).

³ RL/E.C. Fox, 28/1/66 e 9/2/66. RLP/NAA, Box 3.

⁴ *A cidade das mulheres* (1967), reeditado em 2002 pela editora da UFRJ.

⁵ Uma versão incompleta foi submetida à St. Martin's Press em 1965. RL/J. Bach, 12/5/85. RLP/NAA.

⁶ Vale notar o relevo dado a questões como *subjetividade e posicionamento* em estudos produzidos por arquivistas (Kaplan 2002; Cook e Schwartz 1999).

⁷ Ver *Guide to Preserving Anthropological Records* (<http://www.si.edu/naa>).

⁸ Parte dos documentos pessoais de Landes foi doada por seus familiares ao Research Institute for the Study of Man (RISM) depois de sua morte (Cole 2003).

⁹ Embora Golde tenha publicado trechos da carta, essas citações são oriundas do manuscrito existente na RLP.

¹⁰ P. Golde, 8/8/67. RLP/NAA, Box 3.

¹¹ Palavras em *itálico* e riscado reproduzem a intervenção de Landes na carta de P. Golde, 6/11/67. RLP/NAA, Box 3.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ RL/George Park, 31/8/85. RLP/NAA, Box 3. Ênfase no original.

¹⁵ Idem, p.2.

¹⁶ E. Carneiro, 28/1/68. RLP/NAA, Box 4.

¹⁷ Idem.

¹⁸ RL/G. Park, 31/8/85. RLP/NAA, Box 3.

¹⁹ RL/J. Braga, 10/12/86. RLP/NAA, Box 3.

²⁰ RL/E. S. Ilmes, 10/10/1941, RLP/NAA, Box 5.

²¹ Algumas dessas cartas foram mantidas entre a correspondência de Edison Carneiro doada pela família para o Museu do Folclore Édison Carneiro no Rio de Janeiro. Infelizmente não há espaço para comentá-las neste artigo.

²² Por exemplo “você mesma reconhecerá que meu inglês está melhorando de carta para carta”. E. Carneiro, 14/7/39. RLP/NAA, Box 4. Uma parte das cartas enviadas por E. C. nesse período estão em inglês. Algumas notas e observações estão escritas em português.

²³ E. Carneiro, 23/6/39. RLP/NAA, Box 4.

²⁴ E. Carneiro, 18/9/39. RLP/NAA, Box 4.

²⁵ RL/J. F. Hope Jr., 20/9/87. RLP/NAA, Box 3.

²⁶ RL/George Park, 31/8/85. RLP/NAA, Box 3.

²⁷ RL, sem data ou título. RLP/NAA, Box 3.

²⁸ N.T. [FDR] Franklin Delano Roosevelt. RL/J. Richardson, 23/6/86. RLP/NAA, Box 4.

²⁹ RL/J. Richardson, 23/6/86. RLP/NAA, Box 4.

³⁰ “Fisk Manuscript”, *Chapter 2*, p.54-55. RLP/NAA, Box 15.

³¹ RL/J. Bach, op. cit.

³² RL/J. Bach, 12/5/85. RLP/NAA, Box 3.

³³ RL/A. Alland, 3/5/85. RLP/NAA, Box 3.

³⁴ RL/L. Weinsberg, 15/4/1985, p.1. RLP/NAA/SI, Box 3 (ver Cole 1995a).

³⁵ RL/H. Strong, 16/4/1985. RLP/NAA, Box 3.

³⁶ Texto não publicado, que compõe o acervo da Carnegie Corporation, mantido pelo Schomburg Center for Black Culture, New York Public Library.

³⁷ O manuscrito intitulava-se “The ethos of the negro in the New World”. RL/D. Hamburg, 16/5/1988. RLP/Box 3; RL/D. Lachatañeré, 7/1990. RLP/NAA/SI, Box 3.

³⁸ “Ruth Landes is dead: anthropologist was 82”. *The New York Times*, 24/2/1991, seção 1, parte 1, coluna 4, p.38.

Referências bibliográficas

- ARTIÈRES, Philippe. 1998. "Arquivar a própria vida". *Estudos Históricos*, 21:9-34.
- BOON, James. 1986. "Between-the-wars Bali: rereading the relics". In: G. Stocking Jr. (ed.), *Malinowski, Rivers, Benedict and others: essays on culture and personality*. Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 218-247.
- CARNEIRO, Edison. 1964. "Uma falseta de Artur Ramos". In: E. Carneiro (ed.), *Ladinos e criolos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 223-227.
- CLIFFORD, James. 1990. "Notes on Field(notes)". In: R. Sanjek (org.), *Fieldnotes: the making of anthropology*. Ithaca: Cornell University Press. pp. 47-70.
- COLE, Sally. 1994. "Ruth Landes in Brazil: writing, race, and gender in 1930s American Anthropology". In: R. Landes (ed.), *The city of women*. Albuquerque: University of New Mexico Press. pp. vii-xxxiv.
- . 1995a. "Women's stories and Boasian texts: the Ojibwa ethnography of Ruth Landes and Maggie Wilson." *Anthropologica*, 37(1): 3-25.
- . 1995b. "Ruth Landes and the early ethnography of race and gender". In: R. Behar e D. Gordon (eds.), *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press. pp. 166-185.
- . 2002. "Mrs. Landes meet Mrs. Benedict": culture pattern and individual agency". *American Anthropologist*, 104(2): 533-543.
- . 2003. *Ruth Landes: a life in anthropology*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- COMAROFF, John e COMAROFF, Jean. 1992. *Ethnography and historical imagination*. Oxford: Westview Press.
- COOK, Terry e SCHWARTZ, Joan. 2002. "Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance". *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, 3:171-185.
- CORREA, Mariza. 2000. "O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira". *Etnográfica*, 2:233-265.
- . 2003. *Antropólogas e antropologias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- DAVIS, Natalie Zemon. 1987. *Fiction in the archives*. Stanford: Stanford University Press.
- DERRIDA, Jacques. 2001. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- DES CHENES, Mary. 1997. "Locating the past". In: A. Gupta e J. Ferguson (ed.), *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press. pp. 66-85.
- DI LEONARDO, Micaela. 2000. *Exotics at home: anthropologist, others, american modernity*. Chicago: The University of Chicago Press.
- DIRKS, Nicholas. 2001. "The imperial archive: colonial knowledge and colonial rules". In: Nicholas Dirks (org.), *Castes of mind: colonialism and the making of modern India*. Princeton: Princeton University Press. pp. 107-124.
- DUBY, Catherine. 1999. "Archives ethnographiques". *Gradhiva. Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, 25:112-114.

- FARGE, Arlette. 1989. *Le goût de l'archives*. Paris: Éditions du Seuil.
- FOUCAULT, Michel. 1986. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- . 1992. "A escrita de si". In: M. Foucault (ed.), *O que é um autor?* Lisboa: Vega. pp. 129-160.
- GINZBURG, Carlo. 1991. "Sinais, raízes de um paradigma indiciário". In: C. Ginzburg (ed.), *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras. pp.143-80.
- GOLDE, Peggy. 1986a [1970]. "Introduction". In: *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press. pp. 1-15.
- . (org.). 1986b [1970]. *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press.
- GROOTAERS, Jan-Lodewijk. 2001/2002. "De l' exploitation des archives de terrain ? une textualisation en chaîne". *Gradhiva. Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, 30-31:73-80.
- GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. 1997. "Discipline and practice: "the field" as site, method, and location in anthropology". In: Akhil Gupta e James Ferguson (orgs.), *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*. Berkeley: University of California Press. pp. 1-46.
- HAMILTON, Carolyn *et alii* (ed.). 2002. *Refiguring the archive*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- HANDLER, Richard. 1983. "The dainty and the hungry man: literature and anthropology in the work of Edward Sapir". In: G. Stocking Jr (org.), *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 208-231.
- . 1990. "Ruth Benedict and the modernist sensibility". In: M. Mangano (org.), *Modernist anthropology*. Princeton: Princeton University Press. pp. 163-180.
- . 2000. "Boundaries and Transitions". In: Richard Handler (org.), *Excluded ancestors, inventible traditions: essays toward a more inclusive history of anthropology*. Medison: University of Wisconsin Press. pp. 3-9.
- HEALEY, Mark Alan. 1996. "Os desencontros da tradição em *A Cidade das Mulheres*: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes". *Cader-nos Pagu*, 6-7:153-200.
- . 2000. "The sweet matriarchy of Bahia: Ruth Landes' ethnography". *Disposition*, 50:87-116.
- JACKSON, J. E. 1990. "'I'am a field-note': fieldnotes as a symbol of professional identity". In R. Sanjek (org.), *Fieldnotes: the makings of anthropology*. Ithaca: Cornell University Press. pp. 3-33.
- JAMIN, Jean e ZONABEND, Françoise. 2001/2002. "Archivari". *Gradhiva. Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, 30-31:57-65.
- JOLLY, Éric. 2001/2002. "Du fichier ethnographique au fichier informatique? le fonds marcel Griaule: le classement des notes de terrain". *Gradhiva. Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, 30-31: 81-103.
- KAPLAN, Elisabeth. 2002. "'Many paths to partial truths': archives, anthropology, and the power of representation". *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, 3:209-220.
- KUPER, Hilda. 1984. "Function, history, biography: reflections on fifty years in the British anthropological tradition". In: G. Stocking Jr. (org.), *Functionalism historicized: essays on British social anthropology*. Ma-

- dison: The University of Wisconsin Press. pp. 192-213.
- LANDES, Ruth. 1967 [1947]. *The City of Women*. New York: MacMillan Press.
- . 1986 [1970]. "A Woman anthropologist in Brazil". In: P. Golde (ed.), *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press. pp. 119-139.
- MEAD, Margaret. 1986 [1970]. "Fieldwork in the Pacific South". In: P. Golde (ed.), *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press. pp. 213-239.
- . 1972. *Blackberry winter: my early years*. New York: Kodansha International.
- MOUTON, Marie-Dominique. 2001/2002. "Archiver la mémoire des ethnologues". *Gradhiva. Revue d'Histoire et d'Archives de L'Anthropologie*, 30-31:67-72.
- NEWTON, Esther. 1993. "My best informant's dress: the erotic equation in fieldwork". *Cultural Anthropology*, 1:3-23.
- PAREZO, Nancy e SILVERMAN, S. 1995. *Preserving anthropological record*. New York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.
- PARK, A. e PARK, G. 1988. "Ruth Schlossberg Landes". In: U. Gacs (ed.), *Women anthropologists: a biographical dictionary*. New York: Greenwood Press. pp. 208-213.
- POWDERMAKER, Hortence. 1966. *Strange and friend: the way of an anthropologist*. New York: W.W. Norton & Co.
- PRICE, Richard. 1983. *First time: the historical vision of an Afro-American people*. Baltimore and London: John Hopkins University Press.
- PRICE, Richard e PRICE, Sally. 2003. *The roots of roots or, how afro-american anthropology got its start*. Chicago: Prickly Paradigm Press.
- RAMOS, A. 1942. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- RICHARDS, Thomas J. 1992. "Archive and Utopia". *Representations*, 61: 104-135.
- . 1993. *The imperial archive: knowledge and the fantasy of empire*. London: Verso.
- RICHARDSON, Joe M. 1980. *A history of Fisk University, 1865-1946*. Alabama: University of Alabama Press.
- . 1986. *Christian reconstruction: the american missionary association and southern blacks, 1861-1890*. University of Georgia Press.
- SANJEK, Roger. 1990a. *Fieldnotes: the makings of anthropology*. Ithaca: Cornell University Press.
- STEEDMAN, Carolyn. 2002. *Dust: the archive and cultural history*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- STOCKING JR., George W. 1983. "History of anthropology: whence/whither". In: G. W. Stocking Jr. (ed.), *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork*. Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 3-12.
- . 1986. "Essays on culture and personality". In: G. W. Stocking Jr. (ed.), *Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on culture and personality*. Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 3-12.
- STOLER, Ann Laura. 2002. "Colonial archives and the arts of governance". *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, 2:87-109.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. 1995. *Silencing the past*. Boston: Beacon Press.
- VIANNA, Aurélio et alii. 1986. "A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados". *Arquivo e Administração*, 2:62-76.

Resumo

Nesse artigo, os arquivos etnográficos e seu duplo, os *arquivos pessoais*, são concebidos como construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua *invenção* resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual. Tendo a coleção *Ruth Landes Papers* mantida pelo National Anthropological Archives (Smithsonian Institution) como objeto de análise, o texto propõe uma reflexão acerca das lógicas que orientam a instituição dos limites temáticos dos arquivos, seus critérios de legitimidade e inclusão, a transformação de instrumentos de trabalho de seus titulares em “artefatos”, “documentos” e “fontes”; suas concepções de “valor documental”, sua economia interna e seus usos na contínua (ainda que diversa) reificação da autoridade de seus “titulares” como personagens de diferentes histórias da antropologia.

Palavras-chave Etnografia, História, Arquivos, Memória, Ruth Landes

Abstract

In this article, ethnographic archives and their doubles, *personal archives*, are analyzed as cultural constructions whose comprehension is essential to understanding the ways in which professional narratives are produced and how their *invention* results from an intense dialogue involving imagination and intellectual authority. Taking the *Ruth Landes Papers* kept by the National Anthropological Archives (Smithsonian Institution) as its object of analysis, the text examines the various logics informing the institution of thematic limits to the archives, their criteria for legitimacy and inclusion, the transformation of their author's work instruments into ‘artefacts,’ ‘documents’ and ‘sources;’ their conceptions of ‘documentary value,’ their internal economy and their uses in the continual (if shifting) reification of the authority of their ‘authors’ as key figures within anthropology's different histories.

Key-words Ethnography, History, Archives, Memory, Ruth Landes